

Domesticando a domesticação. Reflexões sobre a vida de um conceito.

Roger Silverstone¹

Todos os conceitos, uma vez surgidos, ganham vida própria. O de domesticação não é exceção. E os leitores ganharão uma noção dos fios, alguns elegantemente tecidos, outros desconfortavelmente nodosos, que emergiram nos últimos vinte anos à medida que os investigadores tentaram usar a sua textura esponjosa para definir um modo de pensar sobre a incorporação da tecnologia na vida quotidiana – um modo de pensar que busca ser verdadeiro tanto no que se refere à experiência como no que se refere à prática.

Todos os conceitos são metáforas. Colocam-se no lugar do mundo. E é desta forma que o mascaram e o revelam. Convidam a comparar, a procurar um esclarecimento noutra sítio qualquer, a confrontar uma realidade opaca com, talvez, uma outra e a adivinhar algum significado dessa reciprocidade. Os conceitos que sobrevivem são, na maioria das vezes, conceitos simples (como o de domesticação), o que talvez surpreenda dado que o mundo que tentam alcançar e enquadrar está longe de ser simples e estável. Sobrevivem, talvez, pela sua eloquência, esfumando-se quando a distância estabelecida entre o mundo e o seu pensamento se torna demasiado estreita ou demasiado alargada.

Todos os conceitos tentam dirigir-se a uma realidade empírica, oferecer uma base descritiva, uma luz e, com sorte, uma explicação sobre o mundo: contextualizá-lo e projectá-lo para além do momento. O convite, se não a injunção, é a pensar de uma forma e não de outra. É reivindicar uma leitura preferida sobre o mundo, mais fiel às suas dinâmicas e ao seu poder. Existe igualmente um matiz normativo: a expectativa sobre como as coisas deveriam ser, idealmente.

Estas são as bases que definem a utilidade de um conceito e pelas quais será julgado, como faremos com o conceito de domesticação. Neste capítulo conclusivo, desejo rever, com o benefício inevitável da retrospectiva, o que foi originalmente reivindicado por esta metáfora, no quadro do estudo dos *media*, da tecnologia e da vida quotidiana, no que se

¹ Este texto de Roger Silverstone com o título original 'Domesticating domestication. Reflections on the life of a concept', foi retirado da obra editada por Thomas Berker et al. (2006). In *Domestication of Media and Technology*, UK: Open University Press. Mantiveram-se na tradução as referências de Silverstone a outros capítulos desse livro. Tradução de Helena Cristina Cordeiro e revisão de Cristina Ponte

tornou ou no que pode ainda tornar-se, na medida em que, tal como o mundo, continua em inexorável mudança.

Origens

No princípio era o determinismo tecnológico. Parte deste era, naturalmente, senso comum, mas à medida que o séc. XX ia avançando, a ciência e a tecnologia foram sendo vistas como leis em si mesmas. Era próprio da cultura quotidiana ficar maravilhado com aquelas mas também exigir-lhes a próxima grande invenção, a próxima grande máquina (recordo a primeira fita adesiva e a repentina inutilidade de lacre e cordéis para juntar bocados de papel). A ciência e a tecnologia mudavam o mundo, possibilitavam a comunicação como nunca dantes tinha sido possível, armazenavam e salvavam informação em espaços cada vez mais desprovidos de papéis, melhoravam a qualidade de vida, ofereciam novas competências, transformavam o exercício do poder em espaços públicos e privados, encolhiam as distâncias. As máquinas tornavam-se mais rápidas, mais pequenas, mais eficientes e robustas, mais sensíveis às necessidades humanas. Não eram questionadas as suas capacidades para definir como os seres humanos viveriam com elas, as considerações, cristalinas e irresistíveis, sobre o futuro com elas, a evidência dos seus benefícios directos e imediatos para a saúde, a riqueza e a humanidade. Os engenheiros acreditaram nisso, como os políticos e os capitalistas, como nós próprios, meros consumidores, mesmo quando lamentávamos os riscos e os perigos de uma inovação demasiado rápida e de uma transição demasiado confusa e desestabilizadora para o próximo estágio da modernidade.

Na História e na Sociologia, o determinante tecnológico está presente desde há muito tempo – na verdade, até há mais tempo do que nos Estudos dos Media. Não admira, se pensarmos nas esporas, nos relógios, na pólvora ou no compasso, ou até mesmo na escrita, na impressão e no telescópio. Será certamente mais discutível e controverso quando se trata do fino sintonizar das tecnologias de informação e comunicação na cada vez mais complexa e fluida sociedade global da modernidade tardia.

No entanto, em todos estes casos, trata-se apenas de uma única leitura: da mudança tecnológica à social, da emergência da máquina e dos seus sistemas para orientar a vida de todos os dias, sem a interrupção do acaso e do humano, sem a agitação do emocional, do irracional, do perverso. E sem esses factores da necessidade e do desejo humanos, por um lado, e dos interesses institucionais e do poder, por outro, esta história nunca será nem totalmente convincente nem totalmente errónea.

Nos anos 1980, esta narrativa da mudança socio-tecnológica, até então a única, começou a ser desafiada nos campos do estudo da ciência e da tecnologia e, talvez em

menor escala, também nos campos dos estudos dos *media* e da comunicação. De Latour (Latour 1987) a Williams (Williams 2003), um arco de cepticismo e de humanismo – alguns diriam de um materialismo ainda mais radical – começou a redefinir as fronteiras entre humanos e máquinas. Estas abordagens teóricas continuariam a colocar desafios, ao oferecerem a sua própria versão de realismo mágico, particularmente no caso da *Actor Network Theory* ou ANT, onde tecnologias e corpos eram dados como equivalentes, as máquinas falavam com os humanos e os humanos falavam com as máquinas, onde as consequências tecnológicas eram sociais e as consequências sociais eram tecnológicas. Na ANT, o poder apresentava-se difuso, rizomático, sub-Foucauldiano, intangível. Estava na cara de Williams: pós-Marxista, bradando direitos adquiridos e necessidades globais. Em ambos os autores, de um modo geral, o foco estava na criação de tecnologia, na sua invenção, mobilização e distribuição: por outras palavras, na sua aparência mas não na sua consequência. Embora talvez menos no caso de Williams, este também adoptou as novas tecnologias de *media*, o cabo, o vídeo, os sinais precoces de interactividade como potenciais (e, no seu caso, preferenciais) fornecedores dos motores da (revolucionária) mudança social.

Nessa altura, os estudos dos *media* começavam a afastar-se do determinismo e do seu foco nos efeitos dos *media*, e a ir ao encontro do construtivismo e do seu foco na liberdade e na criatividade das audiências. Falava-se de democracia semiótica, de escolha e de acção como se, de alguma forma, o mundo, agregador de recursos simultaneamente materiais e simbólicos, apenas existisse para que dele fossem retirados esses recursos. Era como se os condicionamentos, as resistências, as preferências ou as exigências desses recursos fossem evitáveis, infinitamente negociáveis nas transacções da vida quotidiana pelas quais indivíduos e grupos davam sentido às suas vidas. Esta noção tornava-se cada vez mais dependente das relações, individuais e de grupo, com as tecnologias da informação e comunicação e com o seu conteúdo mediado, com os significados emergentes e contestados que fluíam sem cessar pelos espaços sociais e simbólicos.

A noção de domesticação foi um produto deste momento. Foi uma tentativa de agarrar o assunto da mudança socio-técnica exactamente onde podia ser considerada como mais importante e onde era quase inteiramente dada como adquirida: no espaço íntimo do lar e da família. Foi também uma tentativa de, quiçá ingenuamente, relacionar o modo como pensamos as nossas relações contemporâneas com objectos e forças para além do nosso controlo imediato, com àquelas consistências da História e da cultura humanas que, precisamente através dessas relações, definiram a nossa humanidade, a nossa capacidade de estar no mundo. A domesticação foi algo que os seres humanos sempre fizeram para melhorar e assegurar as suas vidas quotidianas.

Entre os animais selvagens, do passado, e as tecnologias selvagens, do presente, onde está a diferença? Fora do controlo, ambos apresentam ameaças e desafios mas ambos podem ser também fontes de poder e de sustento. A domesticação é uma prática. Envolve a acção humana. Requer esforço e cultura e por onde passa não deixa nada como está. Talvez exista um erro subjacente nesta formulação: a impressão de que, de certa maneira, apenas a tecnologia foi transformada na sua apropriação pelo espaço doméstico, e de que um tal processo não foi complicado, mas sim linear e sem as suas próprias contradições. Não se trata apenas de fracasso: *PlayStations* desfeitas em cima de armários, funcionalidades avançadas do telefone que ficam adormecidas, o gravador de vídeo inerte na calma de um mar de fitas virgens. Também não se trata, como mais tarde, da hiperintensidade das mensagens instantâneas ou dos ficheiros partilhados, exemplos de uma espécie de 'uber'-domesticação, encarados hoje como dois dos grandes triunfos do consumo espontâneo dos *media*.

Pelo contrário, a domesticação das tecnologias de informação e comunicação, apesar da sua facilidade muitas vezes aparente – num processo suavizado pela eloquência do marketing e pelo *design* apelativo –, confrontou regimes sociais e valores culturais estabelecidos, a nível individual e colectivo, como muitos dos estudos empíricos nos capítulos precedentes amplamente demonstraram. Nas suas formas materiais e simbólicas, o humano e o tecnológico estiveram e estão numa constante dialéctica de mudança. Uma dialéctica de mudança que é infinda, que ocorre através de diferentes temporalidades e territórios, e que é verdadeiramente a essência do que é hoje a vida quotidiana e no que esta consiste: a substância da comunicação electrónica, da compilação de informação, da bisbilhotice dos *media* e das literacias de *media*; a substância da mediação; a substância da vida privada e da vida pública.

A domesticação foi encarada como um processo – um processo de consumo – pelo qual o consumo se relacionava com a invenção e o *design*, bem como com o enquadramento público das tecnologias como objectos simbólicos de valor e desejo.

A domesticação descreveu um processo de consumo que retirou a sua inspiração do trabalho de Jean Baudrillard (Baudrillard 1988), Michel de Certeau (de Certeau 1984) e Daniel Miller (Miller 1987), que descreveram o consumo não como algo passivo mas activo. A verdade evidente, então e agora, foi a de que consumo era também produção, uma forma de engajamento na cultura material. Isso já era descortinado no caso dos *media*, onde toda e qualquer forma de compromisso textual se baseia em recursos pessoais, sociais e culturais que fazem com que o uso de algo original, se assim se pode chamar, fique sempre afectado no seu significado. Nenhuma pedra fica no lugar. Nenhum texto permanece intocado. Nenhuma tecnologia deixa de ser transformada.

Na tentativa de colocar este processo, de outra forma amorfo, na tessitura do quotidiano, os ganchos que ainda tentam ligar as suas continuidades e contradições à conduta diária residem na especificação das dimensões da apropriação (comodificação, objectivação, incorporação, conversão). Mais uma vez temos de atentar à sua reificação e tentar compreender para onde apontam. Dirigem-se aos componentes de um processo que localiza as tecnologias de informação e comunicação no tempo e no espaço, nos tempos e espaços íntimos da família e na sua articulação com os mundos públicos do discurso e da definição, com as funcionalidades e potencialidades que essas tecnologias proporcionam e que reivindicam nas suas manifestações sistémicas. A domesticação, como um processo de trazer coisas para casa (máquinas e ideias, valores e informações), envolve sempre cruzar fronteiras – principalmente as que existem entre público e privado e entre proximidade e distância – e envolve também a sua constante renegociação. Como seria possível ser de outra forma, na era do telefone e da rádio, do trabalho em rede e da telefonia móvel? Do mesmo modo, também a domesticação só pode ser entendida como relacional, dado que pode ser empiricamente observada nos espaços privados da sala ou do quarto e ser analisada nas negociações de posse e de controlo dos aparelhos, novos e velhos, e no consumo de conteúdos, no interior dos micro poros do ambiente doméstico e das relações da família ou agregado. O conceito é, na sua essência, dependente da justaposição de interior e exterior e da sua contínua negociação.

A domesticação une, *a priori*, o macro e o micro social: as contínuas concessões do ambiente *lá de fora*, selvagem e abundante, com a mobilização de recursos materiais, habilidades, valores culturais e competências sociais e capacidades *cá de dentro*. É assim, não obstante o facto de as fronteiras à volta da casa já não serem o que eram; de, numa era de mobilidade fracturante, os lares e espaços domésticos já não possuírem os limites defensivos que dantes se presumia serem a sua característica definível; de os indivíduos, à medida que se libertam do sedentarismo e da nuclearidade da vida familiar e da "cultura de quarto", irem derrubando os limites da domesticidade estabelecida. As mudanças sociológicas são indiscutíveis, mas as condições fenomenológicas permanecem. As tecnologias de informação e comunicação tornaram-se um componente significativo da carapaça dessa personalidade e domesticidade, tanto na sua localização como na sua deslocalização, precisamente, na sua capacidade de ajudarem o indivíduo e o colectivo a definirem e a sustentarem a sua própria segurança ontológica, onde quer que se encontrem.

A comodificação, uma moldura mais precisa da apropriação e da conversão para não ser demasiadamente generalista, liga o que se passa dentro com o que se passa fora do lar, com as complexidades de qualquer organização social de que façam parte as tecnologias e

os seus conteúdos. A comodificação refere-se àquele componente do processo de domesticação pelo qual - em *design*, marketing e pesquisa de marketing - o conhecimento do comportamento pré-existente do consumidor e a formação da política pública preparam o terreno para a apropriação inicial de uma nova tecnologia. Máquinas e serviços não entram “despidos” em casa. Chegam certamente empacotados mas foram também “empacotados” por quem os comprou e que agora os utiliza, com os seus sonhos e fantasias, esperanças e ansiedades: os imaginários da sociedade do consumidor moderno. Este aspecto da domesticação é a sua inevitável e necessária iniciação, e actua junto do indivíduo (*o meu telemóvel*), do agregado familiar (*a nossa banda larga*) e, como Jo Pierson bem demonstrou (Capítulo 11), da organização (*o nosso trabalho em rede*).

A conversão envolve re-conexão; a perpetuação da engrenagem da interface entre *design* e domesticação. O consumo nunca é um assunto privado, nem fenomenológica nem materialmente. Envolve exibição, desenvolvimento de capacidades, competências, literacias. Envolve discurso e discussão, a partilha do orgulho da posse e a sua frustração. Envolve resistência, recusa e transformação no ponto em que as expectativas culturais e os recursos sociais esbarram com os desafios da tecnologia, do seu sistema e do seu conteúdo. É claro que uma tal interacção é assustadora. Há uma tensão essencial entre o tecnológico e o social que tem de ser trabalhada a todos os níveis, do político ao pessoal.

Nenhum destes dois níveis é estável, embora ambos busquem essa estabilidade. Assim, *designers* e produtores, bem como decisores políticos, constroem os seus objectos e funcionalidades para utilizadores ideais e têm em mente condições óptimas de utilização: no seu próprio mundo ideal de vida, em laboratório, trabalharam benefícios e ajustaram riscos; as tecnologias são desenhadas para serem robustas, efectivamente funcionais e socialmente consequentes. Os utilizadores querem o ajuste perfeito: a melhoria da qualidade da sua vida de todos os dias sem a sua desestabilização; uma extensão da sua personalidade e do seu poder sem uma ruptura identitária; uma libertação das limitações da comunidade, sem uma completa desorganização da ordem moral da sociedade. Esta é a dialéctica constitutiva da projecção e da preservação que os utilizadores trazem a qualquer inovação: a preservação do presente, a projecção no futuro e o constante desafio da lógica linear da difusão bem como uma esperada manutenção do poder dos indivíduos no controlo do seu próprio espaço privado. É a sua própria ecologia dos *media*.

Objectivação e incorporação são as estratégias, ou talvez, se de Certeau estiver certo, as tácticas da domesticação. A objectivação e a incorporação envolvem espaços e tempos. As complexidades e instabilidades da vida doméstica, simultaneamente bem estabelecidas e frágeis na sua essência, vão ao encontro da novidade. Por definição, as tecnologias de informação e comunicação oferecem uma reestruturação da posição do agregado familiar

e dos seus membros. Fazem-no internamente, nas inter-relações de uns e outros, nas micro-políticas de género, nas rivalidades geracionais e fraternais; e fazem-no externamente, à medida que os fios da conexão e desconexão, da proximidade e da distância, se estendem aos espaços públicos ou às redes do diaspórico ou do deslocado.

A objectivação (localização das tecnologias de informação e da comunicação nos espaços materiais, sociais e culturais do lar) e a incorporação (injecção das práticas tecnológicas dos *media* nos padrões temporais da vida doméstica) são as componentes infra-estruturais da dinâmica do quotidiano, tanto dentro como fora dos limites formais do agregado familiar. Nenhuma deixa intocáveis os padrões existentes da vida social; novas máquinas reclamam novos espaços e novos padrões de participação; novos conteúdos desafiam regras existentes de comportamento ou códigos de prática familiar. Da mesma forma, essas tecnologias possibilitam a gestão de ordens sociais fracturadas, unindo lares desfeitos ou permitindo que a vida familiar se estenda para além do físico e do face a face.

A um nível doméstico mais modesto, este não é um tema de determinação tecnológica ou social tanto como a reciprocidade da transformação, que requer a participação e um mínimo de responsabilidade humanas. Para nós, investigadores, a questão é a de compreender a natureza dessa inter-relação, o seu significado para todos os que nela estão envolvidos diariamente e as mais vastas ramificações desta dialéctica no centro da mudança socio-técnica.

Este último assunto é material. As tecnologias são políticas. A sua inovação é motivada por interesses e por agendas políticas e económicas. Nada de novo nem de original. Mas nesta esfera, como em qualquer outra, o poder e as políticas nunca são apenas exercidos. Uma contabilização das suas complexidades e fracassos (até para melhorar a sua eficácia, em última análise) depende do libertar do processo social da racionalidade peculiar da governação irreflectida. Se há, naturalmente, poderes desiguais, não há determinações na inovação da informação e comunicação. O conceito de domesticação, com todas as suas forças e fraquezas metafóricas, foi concebido, acima de tudo, para intervir na também peculiar contabilidade da mudança tecnológica e para colocar o humano no seu centro; não de um modo romântico mas para que todos os que se preocupam com a sua natureza se confrontem com as responsabilidades que todos os actores - produtores ou consumidores - devem assumir pelas decisões que tomam, as escolhas que perseguem e as práticas que desenvolvem na criação de estratégias de comunicação e de busca de informação cada vez mais sofisticadas neste nosso mundo pós-moderno e global.

Tal observação, a que voltarei no final, leva directamente a outra expressão associada ao conceito de domesticação: a economia moral do agregado familiar.

A economia moral do agregado familiar

Nas fases iniciais da nossa pesquisa empírica, ficámos chocados com os esforços feitos pelos pais de crianças (e claro, também pelas próprias crianças) para gerirem, monitorizarem e controlarem o fluxo de conteúdos tecnologicamente mediados nas suas casas, de modo a estabelecer padrões, códigos e expectativas de comportamento coerentes com os seus próprios valores e com os que queriam preservar.

Para a sua vida quotidiana, estes agregados sociais primários, nucleares ou não (claro que muitos deles, como lares monoparentais ou de pais envelhecidos, não eram nucleares), dependiam, em grau mais ou menos consciente, de um bom senso sustentável mas especial: um conjunto de valores que os mantinha juntos face aos traumas provocados pelo mundo público e mediado, pelos desafios dos seus pares, pelo trabalho em rede e a chegada de serviços de mensagens, *websites* e vídeos pessoais inaceitáveis. As relações construídas em torno destas inovações tiveram de ser fundamentadas de alguma forma, tal como, nas mais recentes manifestações de uma hierarquia moral, os jovens – individualistas e dotados de mobilidade (como sugerem Maren Hartmann (2005) e Knut Sorensen, no Capítulo 3) - estão a construir, de modos semelhantes, a sua própria moralidade pessoal ainda que partilhável.

Estas posições morais também assentam num sentido do eu e em ideais de valores e de comportamentos adequados que, de um modo equivalente (por definição), sustentam identidades e culturas.

A nossa pesquisa anterior também revelou, talvez com menor surpresa, como diferentes famílias e lares organizaram os seus assuntos, geriram as suas finanças, trocaram e usaram dinheiro e outros objectos de valor, como formas de manter a paz, a ordem e a viabilidade económica dentro das quatro paredes (e claro, dentro das suas relações alargadas). Foi interessante verificar onde e como falharam estes acordos informais (e muitas vezes dados como adquiridos), com quem, sob que circunstâncias e, claro, como afectaram e foram afectados por transacções que envolveram a compra de tecnologias de informação e comunicação ou a subscrição desses serviços. No inverso, ficou também muito claro que, em muitas famílias e lares, não foram acolhidos os valores abstractos associados ao dinheiro nas economias formais, como não teriam de ser: a economia privada da ajuda, da reciprocidade e dos pagamentos nominais por serviços prestados não dependia de modelos de valor racional nem de taxas de câmbio fixas. Pareceu-nos, empiricamente, que tais acordos económicos assentavam na noção de *self* da família ou do agregado, um sentido identitário que poderia justificar-se, em maior ou

menor grau, no que diz respeito a tradições e a articulação de valores, e que esses valores e conseqüentes práticas constituíam uma *economia* moral em sentido literal, tanto na sua consistência manifesta como nas lutas para os manter. Mas o que sustenta uma economia moral? O que sustenta a moralidade económica? Em que sentido a domesticação é uma força moral?

Nos anos 1980 havia alguma timidez em torno dos discursos sobre moralidade. Suspeito que ainda há. A economia moral emergiu das análises históricas de E. P. Thompson (1971), cujo trabalho sobre a transição das formas tradicionais da vida económica para o capitalismo contrastou um conjunto de disposições e de práticas assentes na tradição e no olhar o indivíduo dentro de uma comunidade definível e viável, com o desabar desses procedimentos de distribuição e de troca, pouco menos que racionais e eficientes, por via do capitalismo avançado, independentemente de condições locais, de crenças e de valores. A percepção desta dicotomia foi reforçada no trabalho antropológico de Parry e Bloch (1989), sobre o significado do dinheiro e, claro, sobre a troca e a reciprocidade como componentes da vida económica.

As economias (todas elas, até o capitalismo) assentam em preceitos morais, na medida em que se presume que as relações que prescrevem como desejáveis e óptimas entre participantes decorrem de juízos de valor – no topo estão, ainda que implícitos, os valores imputados aos próprios participantes, aos participantes humanos, na troca. A economia pública, formal, a *zweckrational*² (a referência de Jo Pierson a Max Weber neste contexto, no Capítulo 11, é muito sugestiva), a economia da ética Protestante e da modernidade agregou os seus participantes pelo anonimato e a distância. Os valores predominantes eram os do cálculo abstracto, da eficiência e da busca do lucro. As economias privadas, informais, as *wertrational*³ das sociedades tradicionais e dos espaços pessoais, agregaram os participantes na plenitude das suas identidades e papéis sociais, onde as transacções não eram necessariamente governadas por expectativas imediatas de reciprocidade, de equivalência ou de lucro.

Não se pode deixar de verificar como, no final do século vinte e talvez mais ainda neste momento, qualquer fronteira entre estas economias não pode mais ser encarada como viável: apesar das fracturas na vida familiar, por um lado, e da intrusão de exigências e solicitações públicas, por outro; apesar das óbvias contradições e instabilidades no seio da vida familiar ou da cultura de agregado familiar, a tal ponto que será mais característica a sua falta de coerência do que a sua consistência; apesar ainda da crescente mobilidade

² NdT Intencional. Acção instrumental que faz a avaliação dos meios necessários para atingir objectivos concretos.

³ NdT Valor-racional ou racionalidade em valor. Os valores são considerados como um fim em si mesmo.

dos indivíduos e dos grupos e do derrube da tradição e do ritual aos níveis pessoal e nacional. E, apesar do argumento de que a noção de economia moral já não é sustentável, eu venho aqui sustentá-la.

Por um lado, a noção de economia moral é ingenuamente empírica. Interroga-se sobre de que formas (se estas existem) o agregado familiar ou as famílias criam para si mesmas culturas privadas e pessoais, com consequências na maneira como se usam tecnologias e serviços públicos e comerciais, anónimos e homogêneos. E, de uma perspectiva lateral, coloca-se também a questão de como podemos relacionar um entendimento dos padrões de uso das tecnologias de informação e comunicação, de resistência ou de participação, com o que podemos considerar como a cultura da unidade que queremos investigar. Neste sentido, e sem qualquer desculpa, a economia moral é uma mera noção sociológica, que traz para o mesmo quadro a convergência e as contradições entre valores e práticas. Assenta não tanto na distinção entre o moral e o imoral (embora tal possa não ter sido claro, no início) como nas diferenças ontológicas entre as formas constitutivas do comportamento e da ordem socio-económica.

Como podemos estar tão certos, apesar das aparências empíricas nos dizerem o contrário, de que algo distintivo na vida social e económica, a que queremos chamar o privado, ainda sobrevive? De que o privado ainda sobrevive mesmo quando é tão silenciado no discurso dos que falam sobre a sua prática de *media*? Será que o privado ainda sobrevive quando já não conseguimos ver limites tangíveis em torno de famílias e de agregados familiares?

Existe toda uma panóplia de categorias e de práticas referenciais que utilizamos e que têm sido utilizadas neste livro, para localizar especificidades de enquadramento no uso das tecnologias de informação e comunicação, sejam velhas ou novas. Estas especificidades, quando localizadas, tornam-se impossíveis de entender sem uma realidade fundamentada na prática social reproduzível. Propriedade, pertença, actuação, ritual, há sentidos comuns, etiquetas, narrativas, memórias, sonhos. O consumo de tecnologia está impregnado de esperanças e de medos, é vivido com satisfação e com ansiedade. As lutas pela literacia e pelo controlo, pela sua mestria nas manifestações pessoais e comunais da casa e do agregado familiar, bem como na sua extensão via *media* numa esfera global, são específicas (generalizáveis até certo ponto) e são específicas do específico: *eu uso os media e a tecnologia de um modo diferente de outros*. Por vezes, e de modo mais superficial, essas diferenças não são importantes. Mas o seu significado, esse é algo escorregadio. Do ponto de vista da máquina e dos seus sistemas, aquilo que me diferencia e a economia moral em que assenta e se legitima, mal perturba a superfície das águas comerciais e políticas; mas para mim mesmo e para outros como eu, essa diferença é

material. Sustenta a minha identidade e, num sentido mais lato, podia mesmo intrometer-se nas generalidades da economia formal de maneiras tanto inesperadas como disruptivas. É por isso que a estudamos. Uma busca pela sua importância, e pela sua responsabilidade.

Articulações

A percepção do agregado familiar (cheguei à relação entre agregado familiar e lar na próxima secção) como entidade moral abre outro aspecto nesta matriz conceptual: a questão da articulação. Não creio que isso tenha sido sempre muito claro ou trabalhado, apesar de ter tido alguma ressonância como modo de definir a dinâmica da apropriação distintiva das tecnologias de informação e da comunicação e das tecnologias de *media*, como objectos e como conteúdos simultaneamente materiais e simbólicos, no espaço doméstico.

Há aqui inúmeros assuntos não resolvidos e, como Mary Hartmann sublinha (Capítulo 5), a maioria anda à volta do conteúdo mediado. Num uso inicial mas na verdade bem identificativo do termo articulação (Silverstone, 1981), a referência foi a linguística estrutural e os níveis de significação considerados presentes na linguagem natural. A questão levantada por esta discussão inicial foi saber em que medida a televisão, na sua textualidade e como sistema semiótico, poderia ou não ser considerada como uma linguagem. Foi inevitável considerar-se que não podia, pelo menos nos termos em que a problemática foi colocada na altura.

No que diz respeito à domesticação, a noção de articulação emergiu como uma tentativa de responder a uma pergunta bastante específica e diferente. Foi a questão da natureza particular e da função das tecnologias de informação e comunicação no ambiente social e cultural do agregado familiar. Uma vez apropriadas, todas as tecnologias encontraram, de uma ou de outra forma, o seu tempo e lugar naquele espaço, e para essa situação articularam-se objectos materiais e simbólicos na construção da vida quotidiana. A informação e a comunicação vieram juntar uma dimensão extra. Esta foi a sua segunda articulação, dado que trouxeram, pelas comunicações que possibilitaram, um leque de exigências baseadas no conteúdo – os suportes e os olhos da mediação – que estabeleceram mas também perturbaram a relação entre os espaços público e privado da comunicação e do sentido. A própria duplicação foi percebida como dupla: por um lado, as comunicações mediadas, talvez sobretudo as da difusão (notícias, novelas, publicidade e o resto), foram vistas como alimentadoras das comunicações efectivas de forma a reforçar as exigências da cultura pública, tecnologicamente mediada, num contexto doméstico. Era como se as tecnologias não fossem inertes (como uma máquina de lavar pode ser considerada inerte, por exemplo) e carregassem consigo, como uma quinta coluna, os

meios para a sua posterior integração e sofisticação na vida quotidiana (de facto, claro, o processo de inovação e de difusão requer que todas as tecnologias o façam até certo ponto, principalmente na criação de dependência).

As tecnologias de informação e comunicação, contudo, têm também de ser vistas como facilitadoras da articulação substantiva do significado, mediando distância e proximidade, personalidade e comunidade, relações entre espaços públicos e privados, actividades e valores. Fazem-no apenas pela mediação que os processos sociais de recepção, tanto a nível cerebral como nos lares, geram nas dinâmicas de consumo. A haver uma terceira articulação (e fico nervoso perante tal proliferação) teria como base as próprias actividades do lar como um microcosmo local de um trabalho social e cultural que faz parte do modo como os significados e as comunicações, públicas e privadas, se constroem e sustentam na interface com a tecnologia.

Não sendo esta uma ideia muito desafiante, é, ainda assim, difícil de testar empiricamente. Requer, de novo como sugere Hartmann, um forte comprometimento epistemológico e metodológico com as abordagens etnográficas na investigação. E requer algo que tem sido desvalorizado de forma consistente em pesquisas anteriores: interrogar textos e significados, a sua produção e consumo no lar, bem como as formas em que os processos de articulação (sobretudo agora, com as tecnologias móveis e pessoais), extravasaram as fronteiras do espaço doméstico e levaram a muitos tipos de apropriações privadas do, e no, domínio público.

Esta observação permite dar um passo à frente no raciocínio, visto que nos põe perante o problema do lar e do agregado familiar.

O lar e o agregado familiar

Dizem-nos que os agregados familiares já não são o que eram: tornaram-se virtuais, traumatizados pela fractura de culturas inter-geracionais, as pressões dos grupos de pares, a vulnerabilidade dos casamentos, a efemeridade das relações sociais. Tornaram-se virtuais também, como resultado dos ataques radicais à sua integridade, gerados pelas tecnologias de informação e comunicação: as antigas, como a televisão e o vídeo, que invadiram os vários espaços privados de habitação suburbana e outros, possibilitando que se desenvolvessem “culturas do quarto”, locais, pessoais e desligadas do resto da casa; e as novas, os *Walkman*, os telemóveis e a Internet, rasgando as fronteiras do consumo sedentário dos *media* e levando a conectividade, a sociabilidade e a personalidade às pradarias selvagens do espaço público. Os agregados familiares estão a passar um mau bocado com isso: já não são objectivamente reconhecíveis como receptáculos da vida social e económica, já não são estáveis em valores nem consistentes em práticas, já não são

seguros nas áreas da globalização mediada e do trabalho pessoal em rede, já não são auto-regulados, moral ou eticamente. Acima de tudo, derrubam-se as fronteiras do agregado familiar. As distinções entre os espaços públicos e privados e os quadros de referência, sempre específicos de cada sociedade e cultura, perdem força e significado. Público ou privado: quem nota a diferença, quem se importa com ela?

Há algo de familiar nestes argumentos e, perdoem-me dizê-lo, algo simultaneamente familiar e errado. Eles reproduzem as discussões, ainda correntes, que rodeiam o presente e o futuro do Estado-Nação frente a uma globalização feroz. Não há necessidade de ensaiar todos esses argumentos só para dizer que falham no exagero dos novos desafios globais que se colocam ao poder do Estado, ao seu poder dentro das fronteiras e à sua capacidade como unidade política para comandar o seu destino a nível transnacional; e que falham, por fim, na consequente sugestão de que esses desafios são terminais. Na verdade, o Estado-Nação, ainda que transformado e mais inseguro em vários aspectos, continua a ser o senhor na regulação dos seus assuntos internos, tanto económicos como sociais, e ainda possui (dependendo dos recursos de que dispõe) uma capacidade considerável de marcar agendas políticas, económicas e até ambientais. O Estado-Nação é ainda um pilar da sociedade global, apesar de contaminado pela erosão constante da transnacionalidade e pelas balas de aventuras neo-imperialistas.

O paralelo com o agregado familiar, embora inexacto, é suficientemente aproximado para ser plausível. Os agregados, dentro da acção da domesticação, foram definidos como unidades sociais, económicas e políticas, onde uma certa estabilidade da cultura transaccional em cada um desses domínios permitiu que os dias passassem sem sobressaltos e que os valores, apesar de provisionais e frágeis, continuassem a ser criados, mantidos e transmitidos. Os agregados familiares têm uma realidade objectiva dentro das molduras macro-institucionais do Estado: são a fonte dos impostos e os receptores dos benefícios sociais, são a unidade política e de socialização primária. As pessoas entram neles e saem deles. Os agregados continuam ainda presentes de modo consistente, para não dizer que são impossíveis de erradicar, na investigação social da tecnologia e da mobilidade, e como ponto de partida necessário de qualquer pesquisa, até pela sua vulnerabilidade à negação auto-consciente. Também os indivíduos não parecem valorizar 'o agregado' nas suas reflexões, baseando contudo a sua rejeição na sua presença absoluta e no reconhecimento implícito de que, sem a estrutura que aquele oferece, as suas vidas seriam impossíveis. Nestas pesquisas (há muitos exemplos neste livro), o agregado familiar surge ainda como o ponto de partida e a base para a compreensão da dinâmica social das mudanças dos *media*.

Para além disso, há um outro paralelo: entre o espaço nacional e o espaço do lar. Maria Bakardjieva (Capítulo 4) prefere lar a agregado familiar, em muitos aspectos por boas razões. A transição do material para o fenomenológico é necessária por uma questão de lugar e de colocação, de pertença e de localização. É, em cada caso e na sua sobredeterminação, apenas isso: uma sensação, uma percepção – algo interno, intangível, fluído, móvel, transferível e ainda ontológico. A noção de lar é uma projecção do eu, algo que pode ser transportado com a pessoa; uma noção de lar que vai desde o lugar de origem a um sonho de redenção; uma noção de lar que liga ao teclado do telemóvel ou do *Blackberry* uma extensão tecnológica do eu, a significar que nunca se está fora de alcance, que nunca se está desligado. É uma noção de lar representada diariamente por rituais de interacção com outros indivíduos e com as tecnologias que permitem essas interacções.

Tem, contudo, de existir uma dialéctica entre a fenomenologia do lar e a economia política (grosso modo) do agregado familiar. Na verdade, é no seio desta dialéctica que surgem tantas das tensões e contradições que rodeiam a iniciação às tecnologias de informação e comunicação, o seu uso e as consequências desse uso. As dialécticas da proximidade e da distância, do pessoal e do político e, como discutirei sumariamente, do público e do privado, encontram-se em cada caso na interface existente entre onde estou e onde penso que estou (ou onde me lembro de estar ou onde gostaria de estar), na interface entre a minha pessoa, a minha máquina, os meus interlocutores e as minhas fontes de informação, poder e identidade. A noção de espaço, à qual por vezes gostamos de chamar lar com maior ou menor benevolência, é uma noção que, durante algum tempo, foi bem compreendida por geógrafos e sociólogos. Discuti estas ideias e sua importância neste contexto, em *Television and Everyday Life* (Silverstone 1994). Aquilo que, consequentemente, segue esse lugar, essa localização e esse espaço significativo, é algo que depende cada vez mais tanto da nossa capacidade para domesticar as novas tecnologias quanto da nossa capacidade, tecnologicamente sublinhada, para levar o doméstico para além do confinado ao agregado familiar.

Assim, o lar não é algo estritamente individual, estático ou capaz – num mundo exponencialmente móvel e desmembrado – de ser dado como adquirido. Contudo, se a condição humana exige um mínimo de segurança ontológica para a sua possível continuidade e desenvolvimento, o lar – tecnologicamente, melhorado ou perturbado – é condição *sine qua non*. Não podemos passar sem ele, dentro ou fora do agregado. Ser sem-abrigo é estar fora do alcance e não ter identidade.

A domesticação hoje

Os capítulos empíricos anteriores deste livro levaram o conceito de domesticação para o bravo mundo das tecnologias digitais, que aumentaram a extensão e a velocidade do alcance global e que levaram a personalização e a mobilização da máquina e da vida quotidiana a novos níveis. Todos os tipos de coisas estão a mudar e não surpreende que seja o derrubar de tudo o que é sólido na esfera doméstica o que nos chama a atenção. O agregado familiar tornou-se uma categoria relacional cujas fronteiras e limites já não podem ser dados como adquiridos e cujas viragens se dão não com os ventos mas com as variações do movimento, simbólico e material, permitido pela tecnologia, à medida que os indivíduos negociam electronicamente com o mundo público: no fortalecimento das redes sociais, doutro modo vistas como tradicionais, características da própria sociedade (Lim, Capítulo 10); na gestão dos desafios das famílias monoparentais (Russo Lemor, Capítulo 9) ou das vidas migrantes ou fracturadas (Berker 2005); nas tentativas de integrar os marginalizados socialmente (Hynes e Rommes, Capítulo 7); e nas negociações dentro do agregado, e entre os que lhe pertencem e os que não lhe pertencem, para o lugar de cada um, adequado e sustentado, na teia da sociedade em rede (Ward, Capítulo 8).

Provavelmente, a articulação primeira neste novo miasma da comunicação, que não esteve suficientemente em evidência na sua formulação anterior, é entre o público e o privado. É cada vez mais um lugar-comum verificar que os *media* electrónicos colocaram esta interface sob o seu domínio. Num certo sentido, a distinção do que poderia constituir o novo nas novas tecnologias de informação e comunicação encontrará a sua definição nas consequências que a sua inovação tem para o nosso posicionamento no mundo e na redefinição das fronteiras entre o pessoal e o comunitário, o íntimo e o partilhado, o eu e o outro.

Há uma distinção a ser feita, penso, e bastante profunda, entre as culturas mediadas sobretudo *centrípetas* do século XX e as crescentes culturas mediadas *centrífugas*, do século vinte e um. Na primeira, a *cultura mediada centrípeta*, da imprensa e da radiodifusão, a orientação vai para a comunidade delimitada, seja ela a Nação, a região ou a vizinhança, e para a reunião de um espaço cultural e social partilhável. O que estava em cena (e, claro, continua a estar) era a conversa pública e a actuação privada: a circulação de imagens e histórias em público gerava recursos para, em privado, ler, ver, falar, identificar e partilhar valores. Na segunda, no domínio da *cultura mediada centrífuga*, trata-se muito mais de uma questão de conversa privada e de actuação pública (Katz e Aakhus, 2002) em que, nos espaços públicos de aldeias e cidades e nos equivalentes espaços públicos da Internet, é a partilha de diferenças que proporciona a conectividade.

Agora é a vez das conversas privadas ocuparem os espaços públicos e de criarem novos tipos de culturas públicas, pelo seu desempenho público (nos blogues, nas vozes

públicas que nos chegam pelo telemóvel, na exibição das vidas de figuras públicas nas primeiras páginas e nos ecrãs de televisão, vidas que de outra forma continuariam privadas). Estas mudanças são, discutivelmente, tão importantes que a fronteira familiar entre público e privado se torna indistinta. E o performativo, adoptando tantos disfarces, torna-se uma característica desta nossa cultura digital. As tecnologias digitais permitem o derrube dos muros convencionais que rodeiam a pessoa e a *make-over*, literal, simbólica, digital, tem vindo a dominar cada vez mais o centro da cultura de massas, popular e mediada.

A avaliação de Katie Ward (Capítulo 8) das lutas domésticas numa aldeia da costa irlandesa, para gerir as exigências competitivas de casa e do trabalho, e ainda da organização da vida quotidiana em torno das novas possibilidades de interacção e do trabalho em rede, fornece um estudo de caso exemplar de como estas mudanças tecnológicas, relançadas em larga escala, estão a ser confrontadas nos espaços domésticos dos seus informantes, ainda viáveis e vitais. A avaliação de Sun Sun Lim (Capítulo 10) do *guanxi*⁴, na China, oferece outra versão desta reestruturação mediada ou, neste caso, do reforço mediado de uma versão culturalmente distinta do que constitui uma rede e um espaço privado alargado. Aqui, uma forma tradicional de organização social que representa uma manifestação diferente de domesticidade, mais do que ser boicotada pela mudança tecnológica, é simultaneamente sublinhada e transformada à medida que as tecnologias de informação e da comunicação são adoptadas e domesticadas. Não devíamos esquecer a enorme importância da diferença cultural nos processos de domesticação e de inovação. Os modelos ocidentais são aguerridos, mas não viajam assim tão bem, apesar do que pensamos ser um mundo globalizado cada vez mais homogéneo.

Domesticação e moralidade

Já questioneei de que formas a domesticação poderia ser considerada uma força moral. Uma questão que começou por ser colocada em vários pontos deste livro e que, creio, está na hora de agarrar firmemente, ainda que tal seja difícil, para além de inconclusivo.

Grosso modo, a moralidade refere-se às formas em que os seres humanos se relacionam uns com os outros e se orientam no mundo. Toda a comunicação coloca, pois, algumas exigências à moralidade, dado que requer esse compromisso primário. A

⁴ NdT *Guanxi* é uma expressão chinesa cuja tradução literal é 'relação'. Culturalmente, tem sido uma expressão característica das relações comerciais e refere-se à criação de laços de confiança capazes de beneficiar ambas as partes de um negócio. *Lato sensu*, o *guanxi* pode ser visto como um sistema de troca de favores ou de cooperação entre membros de uma comunidade, de forma a ultrapassar obstáculos comuns. Mais do que parte da boa prática comercial, é parte integrante da cultura e dos pressupostos do relacionamento social.

domesticação envolve a apropriação do novo dentro do familiar ou, como agora gostaríamos de ver talvez mais rigorosamente, é um processo no qual se tenta essa apropriação. Os desafios que os novos *media* colocam ao que já está instalado e que é familiar (desafios esses evidentes nas formas como as novas formas de transmissão e as novas tecnologias do trabalho em rede e das tecnologias móveis deixaram a sua impressão na vida quotidiana), são, em muitos aspectos senão em todos, os desafios fundamentais aos modos, mais ou menos estabelecidos e dados como adquiridos, pelos quais indivíduos e grupos se posicionam no mundo e em relação aos outros.

Tomemos uma distinção que o filósofo político Michael Walzer (Walzer 1994) utiliza de uma forma muito mais sofisticada mas que podemos, ainda assim, usar neste contexto: a moralidade *espessa* e a moralidade *fina*. A moralidade fina é a dos costumes e da convenção, a moralidade de que falam Bakardjieva, Hartmann e Sorensen. É a moralidade do comportamento e da prática, da etiqueta, das regras formais e informais – desenvolvida nos confins dos espaços domésticos, com o intuito de articular uma fronteira em torno do pessoal e do privado nos espaços públicos, incorporada e sistematizada em quadros regulatórios, funcionando também como restrição ao comportamento público.

Estas formas de comportamento, os modos esperados de agir, os costumes, fornecem um mínimo de sensibilidade e de integridade pessoal (e segurança) à medida que as novas tecnologias e as práticas inspiradas pelas tecnologias perturbam os hábitos e as expectativas associadas a formas de comunicação estabelecidas e ao conforto das redes familiares. Talvez esta seja a moral da dupla articulação, a articulação da tecnologia, uma moral que depende de, e que incorpora, as concessões mutáveis dos novos *media* como se apresentam na ronda diária, uma moral da prática, uma moral do contacto, uma moral da gestão, uma moral do dia-a-dia. Esta moralidade fina é a que se inscreve nas minúcias do dado como adquirido, no cumprimento dos rituais diários e na reparação desses rituais quando confrontados por ameaças exteriores; como tal, esta é a dimensão da moral que subjaz à nossa estrutura quotidiana na conduta e na propriedade.

Por seu lado, a moralidade espessa, como a pretendo mostrar aqui, é a da responsabilidade desinteressada, que emerge com a acção e a escolha, que emerge com a comunicação. É a responsabilidade que decorre do reconhecimento do outro e do cuidado pelo outro. Os *media* (todos eles), novos e antigos, estão também implicados nesta dimensão da ordem moral, de um modo fundamental, dado que, nas ligações que permitem ou que dificultam, na mediação da proximidade e da distância, nas possibilidades que criam na definição dos limites em torno do eu e na capacidade de posicionar esse eu num mundo de estranhos, providenciam uma infra-estrutura com uma ética prática e, em última análise, sem reciprocidade a um nível local, nacional ou global.

Esta moral compreende uma ética que se expande para além das exigências imediatas do face a face, que engaja ou que convida ao compromisso com uma humanidade, de outra forma distante. Esta moralidade está implicada na articulação de conteúdos e na consistência da comunicação, visto depender de julgamentos de significado e significação, de valor, de posicionamento. Na medida em que os *media* fornecem essa moldura (e muitos argumentariam que não o fazem ou que diminuem tal possibilidade), então os processos de domesticação têm expressão para a condição humana.

Contudo, e neste contexto, a domesticação é uma faca de dois gumes, como muitos sublinharam. Por um lado, e na sua formulação sub-reflexiva original, a domesticação como resposta conservadora aos desafios da mudança tecnológica pode ser vista como uma via para absorver ameaças e negar oportunidades para novos tipos de reflexividade na acolhedora familiaridade de um espaço moral privado, a família, o agregado: confortável no próprio sentido do seu eu, lúcido acerca do que vale e do que não vale, determinado a proteger aqueles valores das perturbações da alteridade. De alguma forma, a domesticação é, por definição, um processo moral defensivo e, na medida em que as tecnologias são moldadas ou rejeitadas por valores privados em culturas privadas, o que está em jogo é a preservação do âmago do mundo pessoal contra os que chegam.

Sabemos que não é assim que se passa, mas que *em parte* é assim: esta posição defensiva é um aspecto, um mecanismo da dialéctica da mudança socio-tecnológica. O contrário e a posição crítica, o oposto moral, chega-nos precisamente do suposto sucesso deste aspecto da domesticação, da neutralização do potencial para mudança real e novas ocupações prometidas pelos novos *media* - claro que, de tempos a tempos, são bem sucedidos na sua criação.

Tanto Lorenzo Simpson (Simpson 1995) como Mike Michael (Michael 2000) apontaram a dimensão politicamente retrógrada da domesticação: a sua força seria precisamente rejeitar a novidade e a possibilidade da mudança. Aceitar novos desafios envolve inevitavelmente desafiar aquilo que já está aceite. E isto é difícil de fazer, mesmo para os mais jovens que abraçam, para tudo, a liberdade do aparelho móvel. Segundo esta perspectiva, seria o falhanço da total domesticação a persistência de uma espécie de irritação ou de "comichão" moral, que muda na prática comunicacional e que deveria providenciar o que seria a chave para desbloquear o valor potencialmente presente nas novas tecnologias de informação e comunicação. É a irresistibilidade desta "comichão" moral que está subjacente às esperanças de Raymond Williams, dos que o antecederam e dos que o seguiram, de uma mudança social facilitada pelas tecnologias.

Então a questão que poderíamos e que deveríamos colocar, a questão a que esta revisão do conceito de domesticação talvez nos tenha levado de um modo surpreendente

é: como é que uma tal inovação permite um mundo melhor e uma relação mais responsável e mais sustentada com o mundo que se dá a ver cada vez mais? Na medida em que a domesticação é totalmente bem sucedida, poderia também dizer-se que falha, visto que, na sua tentativa de anestesia cultural, na sua resistência às possibilidades e às expectativas radicais no âmago da mudança tecnológica, faz despontar a força das exigências morais por um mais amplo sentido de responsabilidade pelo mundo e pelos que o partilham connosco: um mundo que essas tecnologias constroem e comandam, cada vez mais, no seu alcance global.

Referências Bibliográficas

- Baudrillard, J. (1988) Selected Writings: Jean Baudrillard, (ed.) Mark Poster. Polity Press: Cambridge.
- Berker, T. (2005) 'The everyday of extreme flexibility – the case of migrant researchers' use of new information and communication technologies', in (ed.) R. Silverstone, Media, Technology and Everyday Life in Europe: From Information to Communication. Ashgate: Aldershot, pp.127-42.
- De Certeau, M. (1984) The Practice of Everyday Life. California University Press: Berkeley, CA.
- Hartmann, M. (2005) 'The discourse of the perfect future – young people and new technologies', in (ed.) R. Silverstone, Media, Technology and Everyday Life in Europe: From Information to Communication. Ashgate: Aldershot, pp.143-60.
- Katz, J. E. And Aakhus, M. (eds) (2002) Perpetual Contact: Mobile Communication, Private Talk, Public Performance. Cambridge University Press: Cambridge.
- Latour, B. (1987) Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society. Harvard University Press: Cambridge, Mass.
- Michael, M. (2000) Reconnecting Culture, Technology and Nature: From Society to Heterogeneity. Routledge: London.
- Miller, D. (1987) Material Culture and Mass Consumption. Blackwell: Oxford.
- Parry, J. and Bloch M. (1989) Money and the Morality of Exchange. Cambridge University Press: Cambridge.
- Silverstone, R. (1994) Television and Everyday Life. Routledge: London.
- Silverstone, R. (1981) The Message of Television: Myth and Narrative in Contemporary Culture. Heinemann Educational Books: London.

- Simpson, L. C. (1995) *Technology, Time and the Conversations of Modernity*. Routledge: London.
- Thompson, E. P. (1971) 'The moral economy of the English crowd in the eighteenth century'. *Past and Present*, vol. 50, pp. 76-136.
- Walzer, M. (1994) *Thick and Thin: Moral Argument at Home and Abroad*. University of Notre Dame Press: Notre Dame, IN.
- Williams, R. (2003) *Television: Technology and Cultural Form*. Routledge: London.